

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	74.220
Preferenciais	0
Total	74.220
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.515.861	2.680.869
1.01	Ativo Circulante	621.142	677.387
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	406.620	466.963
1.01.03	Contas a Receber	33.053	37.731
1.01.03.01	Clientes	33.053	37.731
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.218	4.301
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.218	4.301
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	171.251	168.392
1.01.08.03	Outros	171.251	168.392
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros	165.490	161.851
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	800	1.222
1.01.08.03.04	Outros Créditos	4.961	5.319
1.02	Ativo Não Circulante	1.894.719	2.003.482
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.323.658	1.418.187
1.02.01.04	Contas a Receber	69.153	69.184
1.02.01.04.01	Clientes	69.153	69.184
1.02.01.07	Tributos Diferidos	64.659	68.339
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.659	68.339
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.078.759	1.168.462
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.078.759	1.168.462
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	111.087	112.202
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	106.550	105.883
1.02.01.10.05	Outros Ativos	4.537	6.319
1.02.04	Intangível	571.061	585.295
1.02.04.01	Intangíveis	571.061	585.295
1.02.04.01.02	Intangível	568.808	582.822
1.02.04.01.03	Direito de uso	2.253	2.473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.515.861	2.680.869
2.01	Passivo Circulante	567.160	546.004
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.117	4.529
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.117	4.529
2.01.02	Fornecedores	18.380	17.773
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.380	17.773
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.274	39.621
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.611	36.770
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.806	33.894
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	2.805	2.876
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.663	2.851
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	256.398	245.835
2.01.04.02	Debêntures	256.398	245.835
2.01.05	Outras Obrigações	241.963	216.122
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.555	1.537
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.555	1.537
2.01.05.02	Outros	240.408	214.585
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	117.540	94.578
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	3.647	4.220
2.01.05.02.05	Credor pela Concessão	1.313	1.249
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	117.386	113.864
2.01.05.02.07	Financiamento por Arrendamento Financeiro	522	674
2.01.06	Provisões	17.028	22.124
2.01.06.02	Outras Provisões	17.028	22.124
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	17.028	22.124
2.02	Passivo Não Circulante	1.465.553	1.454.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.391.058	1.384.017
2.02.01.02	Debêntures	1.391.058	1.384.017
2.02.02	Outras Obrigações	1.828	1.880
2.02.02.02	Outros	1.828	1.880
2.02.02.02.07	Arrendamento Mercantil	1.828	1.880
2.02.04	Provisões	72.667	68.153
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	72.667	68.153
2.03	Patrimônio Líquido	483.148	680.815
2.03.01	Capital Social Realizado	226.145	226.145
2.03.02	Reservas de Capital	85.981	85.981
2.03.04	Reservas de Lucros	171.022	368.689
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	171.022	368.689

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	132.164	133.624
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.976	-37.829
3.03	Resultado Bruto	93.188	95.795
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.648	-7.962
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.552	-7.980
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.904	18
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.540	87.833
3.06	Resultado Financeiro	-7.256	3.272
3.06.01	Receitas Financeiras	25.151	37.062
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.407	-33.790
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	79.284	91.105
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.951	-30.971
3.08.01	Corrente	-23.271	-17.556
3.08.02	Diferido	-3.680	-13.415
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.333	60.134
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	52.333	60.134
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,70511	0,81021

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	52.333	60.134
4.03	Resultado Abrangente do Período	52.333	60.134

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79.830	63.534
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	88.231	93.967
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	52.333	60.134
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	3.680	13.415
6.01.01.03	Amortização do Intangível	17.443	16.442
6.01.01.04	Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	27.823	31.653
6.01.01.05	Juros Contas a Receber e Debêntures - Partes Relacionadas	-9.442	-15.279
6.01.01.06	Reversão para Provisão Riscos Cíveis, Trib. e Trabalhistas	6.251	2.085
6.01.01.08	Instrumentos Financeiros Derivativos - não realizados	-10.087	-14.494
6.01.01.09	Variação Monetária e Juros - Credor pela Concessão	0	11
6.01.01.10	Baixa de Intangível	230	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.632	-4.308
6.01.02.01	Contas a Receber e Contas a Receber Poder Concedentes e Partes Relacionadas	13.779	6.396
6.01.02.02	Impostos a Recuperar e Outros Ativos	-3.777	2.480
6.01.02.03	Depósito e Bloqueios Judiciais	-667	-3.000
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	569	-4.852
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	588	-1.196
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	23.475	16.521
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	-777	792
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-34.822	-21.449
6.01.03	Outros	-6.769	-26.125
6.01.03.01	Apropriação de Outorga Variável	64	-99
6.01.03.02	Provisão de Manutenção - Utilização	-5.096	-25.046
6.01.03.03	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários - Utilização	-1.737	-980
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.383	-12.367
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-3.383	-12.367
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-136.790	-1.860

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.03.01	Debêntures - Captação	-249	0
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-136.541	0
6.03.05	Pagamento Credor pela Concessão	0	-1.860
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-60.343	49.307
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	466.963	523.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	406.620	572.647

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	226.145	85.981	368.689	0	0	680.815
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	226.145	85.981	368.689	0	0	680.815
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-250.000	0	0	-250.000
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$2,02 por ação)	0	0	-150.000	0	0	-150.000
5.04.09	Dividendos distribuídos (R\$1,35 por ação)	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.333	0	52.333
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	52.333	0	52.333
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	226.145	85.981	118.689	52.333	0	483.148

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	307.659	0	0	619.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	307.659	0	0	619.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.134	0	60.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.134	0	60.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	307.659	60.134	0	679.919

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	152.284	145.839
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	139.440	139.466
7.01.02	Outras Receitas	9.870	1.579
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.974	4.794
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.299	-23.367
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-10.464	-8.641
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.232	-6.017
7.02.04	Outros	-7.603	-8.709
7.02.04.01	Custo da concessão	-2.558	-2.483
7.02.04.02	Custo de Construção	-2.974	-4.794
7.02.04.03	Outros	-2.071	-1.432
7.03	Valor Adicionado Bruto	127.985	122.472
7.04	Retenções	-17.443	-16.442
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.443	-16.442
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	110.542	106.030
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.151	37.062
7.06.02	Receitas Financeiras	25.151	37.062
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	135.693	143.092
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	135.693	143.092
7.08.01	Pessoal	10.693	4.967
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.595	3.294
7.08.01.02	Benefícios	1.760	1.407
7.08.01.03	F.G.T.S.	338	266
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.267	44.202
7.08.02.01	Federais	33.206	37.148
7.08.02.02	Estaduais	17	17
7.08.02.03	Municipais	7.044	7.037
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.400	33.789
7.08.03.01	Juros	26.439	29.781
7.08.03.03	Outras	5.961	4.008
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	52.333	60.134
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52.333	60.134

Comentário do Desempenho

1T21



Comentário do Desempenho

Press Release

Itu (SP), 17 de maio de 2021 – A Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), concessionária que administra 307 quilômetros de rodovias no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2021 ("1T21").

Concessionária

A Rodovias das Colinas S.A. está sediada na Rodovia Marechal Rondon, km 112, Marginal Oeste, sem numero, Bairro Jardim Oliveira, Itu, no estado de São Paulo. Constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Sociedade tem como objetivo a exploração do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação, entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, totalizando 307 km de extensão, incluindo as obras de melhorias e ampliações, além de sua operação e manutenção.

Em 25 de abril de 2013 a Sociedade obteve registro como "companhia aberta" junto à CVM.



AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- » A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no 1T21 foi de R\$ 139,4 milhões (0,0%).
- » A receita líquida¹ no 1T21 foi de R\$ 129,2 milhões, ante R\$ 128,8 milhões no mesmo período do ano de 2020 (+0,3%).
- » O tráfego da Companhia no 1T21 foi de 13,6 milhões de eixos equivalentes², volume 2,3% menor que o tráfego do primeiro trimestre de 2020.
- » O EBITDA Ajustado³ no 1T21 foi de R\$ 104,0 milhões (-0,3%).

¹ Exclui as Receitas de Construção

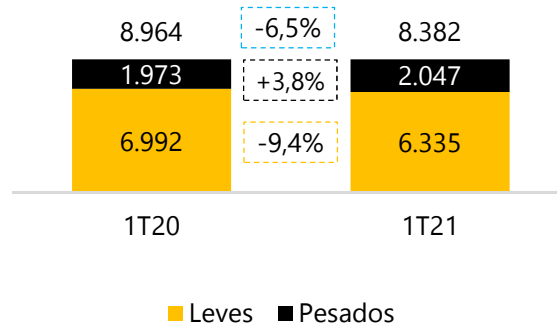
² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

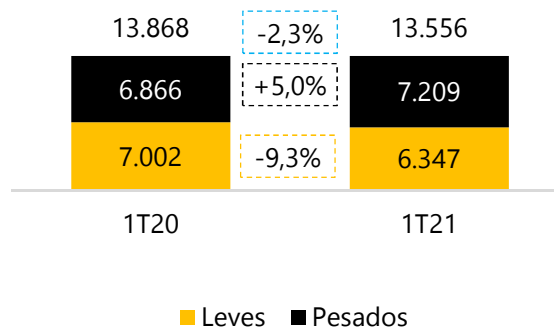
Comentário do Desempenho

Tráfego

» Em milhares de veículos



» Em milhares de eixos equivalentes



A redução no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi de -6,5%, observado um crescimento de 3,8% no tráfego de veículos pesados e uma redução de -9,4% de veículos leves.

Em relação aos eixos equivalentes, o tráfego da Companhia foi de 13,6 milhões de eixos equivalentes no primeiro trimestre de 2021 (-2,3%).

No ano de 2020, o tráfego da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. No Estado de São Paulo foi decretado desde 21 de março de 2020 quarentena para serviços não essenciais em todos os 645 municípios do Estado. Somente serviços essenciais das áreas de saúde, alimentação, abastecimento, segurança, limpeza e bancos estariam autorizados a funcionar. Essas e outras medidas afetaram majoritariamente o tráfego.

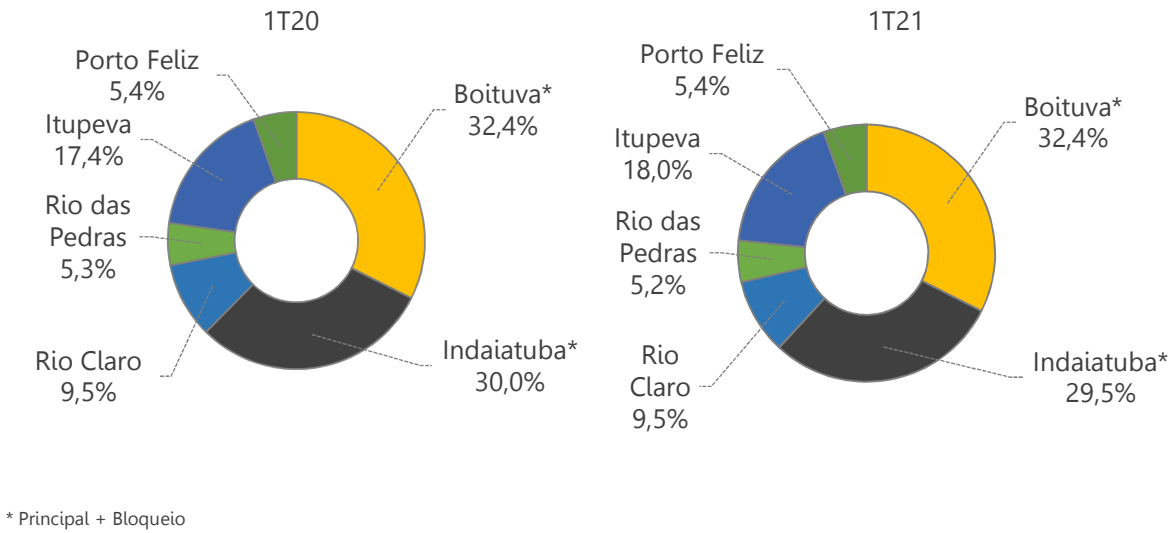
O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 61,9% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes.

O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de *commodities* do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 63,0% do seu tráfego representado por eixos pesados.

Comentário do Desempenho

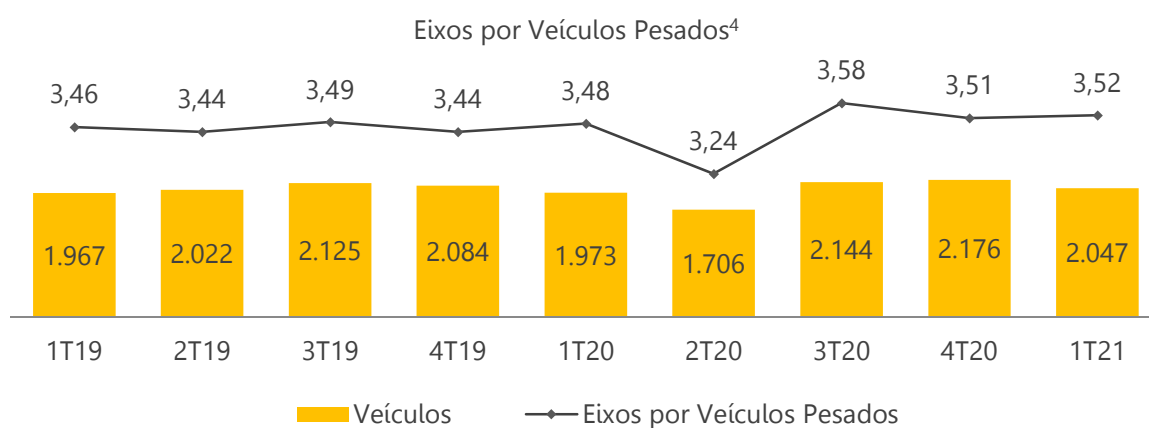
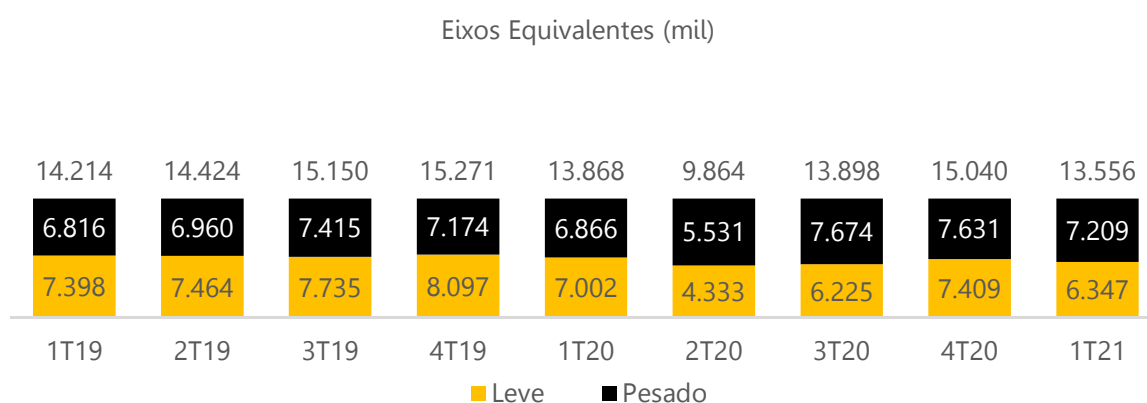
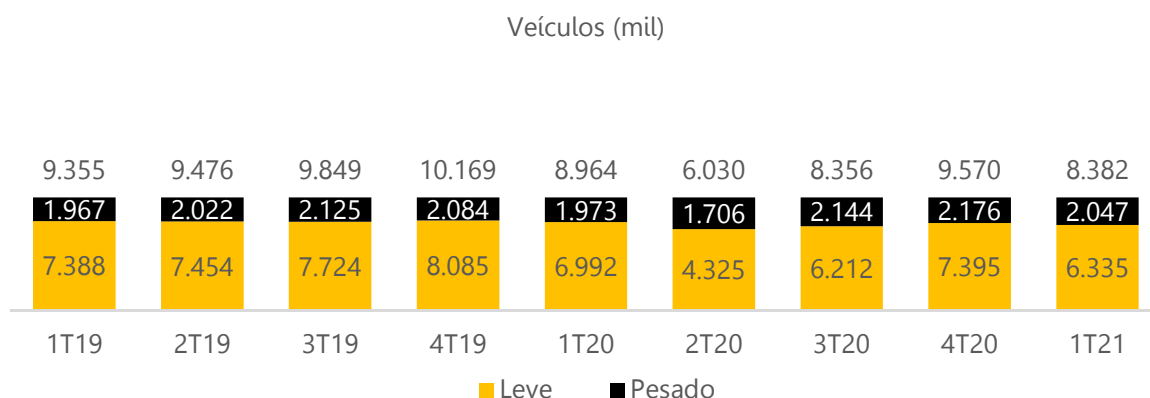
Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 56,0% do seu tráfego total.

» Tráfego por praça em eixos equivalentes



Comentário do Desempenho

Histórico de Tráfego



⁴ O valor de eixos por veículo pesado é o resultado da divisão de eixos equivalente pesados por veículos pesados.

Comentário do Desempenho

Tarifa Média⁵

A tarifa média por eixo equivalente da Companhia no 1T21 foi de R\$ 10,29 (+2,3%). A tabela abaixo apresenta a tarifa de cada praça de pedágio da Companhia:

Praça de Pedágio	Tarifa
Boituva	10,00
Indaiatuba	14,00
Itupeva	7,60
Rio Claro	6,40
Porto Feliz	7,90
Rio das Pedras	10,30
Bloqueio Boituva	10,00
Bloqueio Indaiatuba	14,00

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da Artesp reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas porterga o início da efetivação para novembro de 2020. Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho de 2019 e maio de 2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

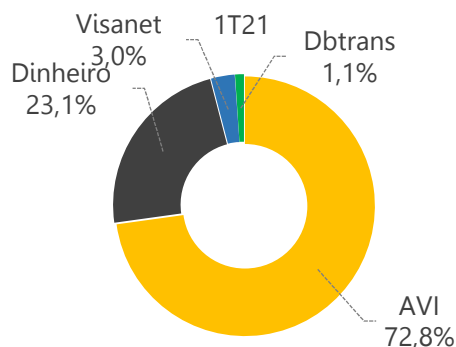
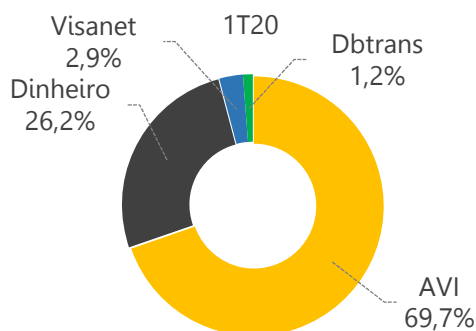
Receita

Receita (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	139.466	139.440	0,0%
Outras receitas	1.561	1.966	25,9%
Receita de serviços de construção	4.794	2.974	-38,0%
Receita Bruta	145.821	144.380	-1,0%
Imposto sobre a receita e outras deduções	(12.197)	(12.216)	0,2%
Receita Líquida	133.624	132.164	-1,1%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	128.830	129.190	0,3%

A receita líquida da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi de R\$ 129,2 milhões (+0,3%).

No primeiro trimestre de 2021, 72,8% das receitas de pedágio foram arrecadadas por meio de dispositivos eletrônicos (AVI) e 27,2% pelo meio manual.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

Custos Inerentes à Operação (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Funcionários	(5.862)	(7.191)	22,7%
Materiais e equipamentos	(2.893)	(3.514)	21,5%
Ônus variável da concessão	(2.483)	(2.558)	3,0%
Prestadores de serviços	(10.109)	(10.566)	4,5%
Reversão/Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(2.085)	(6.251)	199,8%
Reembolso de seguros	84	(1.783)	-2222,6%
Outras despesas	(1.225)	(1.248)	1,9%
Outras receitas	18	7.904	43811,1%
Sub total	(24.555)	(25.207)	2,7%
Amortização de intangível	(16.442)	(17.443)	6,1%
Sub total	(40.997)	(42.650)	4,0%

Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Conserva especial	(25.046)	(5.096)	-79,7%
Constituição da provisão para manutenção	-	-	0,0%
Utilização da provisão para manutenção	25.046	5.096	-79,7%
Despesas com construção	(4.794)	(2.974)	-38,0%
Sub total	(4.794)	(2.974)	-38,0%

Total Custos e Despesas Operacionais	(45.791)	(45.624)	-0,4%
--------------------------------------	----------	----------	-------

EBITDA

EBITDA (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Receita líquida	133.624	132.164	-1,1%
Receita de construção	(4.794)	(2.974)	-38,0%
Receita Líquida (ex receita de construção)	128.830	129.190	0,3%
Custos operacionais	(45.791)	(45.624)	-0,4%
Custos de construção	4.794	2.974	-38,0%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	(40.997)	(42.650)	4,0%
EBIT	87.833	86.540	-1,5%
Depreciação e amortização	16.442	17.443	6,1%
EBITDA	104.275	103.983	-0,3%
Provisão manutenção	-	-	0,0%
EBITDA Ajustado	104.275	103.983	-0,3%
Margem EBITDA Ajustada	80,9%	80,5%	-0,6%

O EBITDA ajustado da Companhia foi de R\$ 104,0 milhões no primeiro trimestre de 2021 (-0,3%).

⁵ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

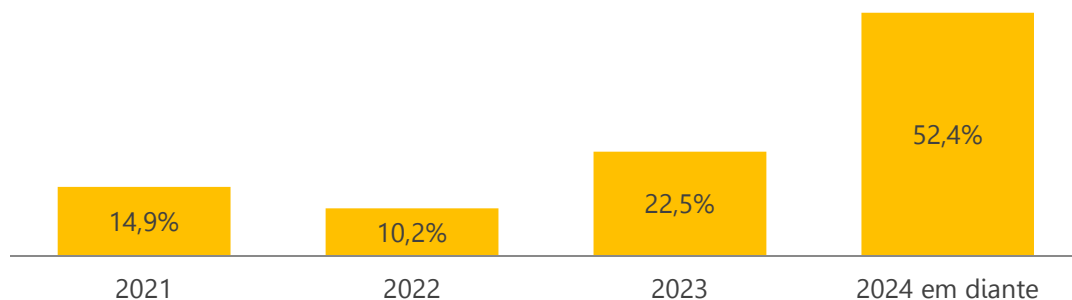
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T20	1T21	Var %
Receita com rend. de aplicação financeira e outras	5.527	2.100	-62,0%
Juros com partes relacionadas	15.279	9.442	-38,2%
Receita com operações de instrumentos financeiros	15.235	13.609	-10,7%
Outras receitas financeiras	1.021	-	-100,0%
Receitas Financeiras	37.062	25.151	-32,1%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(31.653)	(27.823)	-12,1%
Despesa com operações de instrumentos financeiros	(741)	(3.522)	375,3%
Outras despesas financeiras	(1.396)	(1.062)	-23,9%
Despesas Financeiras	(33.790)	(32.407)	-4,1%
Resultado Financeiro Líquido	3.272	(7.256)	-321,8%

O resultado financeiro líquido da Companhia foi de -R\$ 7,3 milhões no 1T21.

Endividamento (debêntures)

Endividamento (R\$ Mil)	31/12/2020	31/03/2021	Var %
4ª emissão (terceira série)	427.129	432.285	1,2%
5ª emissão (série única)	123.963	124.952	0,8%
7ª emissão (série única)	77.184	77.800	0,8%
9ª emissão (primeira única)	410.604	414.076	0,8%
9ª emissão (segunda única)	104.791	105.715	0,9%
10ª emissão (primeira série)	400.345	404.691	1,1%
10ª emissão (segunda série)	100.077	101.043	1,0%
Total Debêntures	1.644.093	1.660.562	1,0%
Caixa	(466.963)	(406.620)	-12,9%
Dívida Líquida	1.177.130	1.253.942	6,5%

Cronograma de Amortização das Debêntures



Comentário do Desempenho

Rating

Rating em Escala Nacional	S&P	Moody's
4ª emissão	brAAA	A3.br
5ª emissão	brAA+	n.a.
9ª emissão	brAA+	n.a.
10ª emissão	brAA+	n.a.
Última atualização	dez/20	mai/20

Derivativos

A Companhia contratou, em junho de 2013, operações de swap (hedge) para a troca de taxa da variação do IPCA mais 5,00% e 5,70% ao ano (2ª e 3ª séries da 4ª Emissão de Debêntures, respectivamente), por variação do CDI mais 0,25% e 0,69% em média ao ano.

Derivativos (R\$ Mil)	Início	Vencimento	Posição	Valor Justo (31/03/2021)	Valor Justo (31/12/2020)	Efeito Acumulado
	12/06/13	17/04/23	IPCA+5,70%	167.748	165.809	1.939
	12/06/13	17/04/23	IPCA+5,70%	263.808	260.759	3.049
Total Ativo				431.556	426.568	4.988
	12/06/13	17/04/23	CDI+0,69%	103.481	102.957	(524)
	12/06/13	17/04/23	CDI+0,67%	162.585	161.760	(825)
Total Passivo				266.066	264.717	(1.349)
Instrumentos derivativos, líquidos						3.639
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)						9.970
Recebimento de instrumento financeiro						-
Efeito acumulado no período						13.609

Offset Swap

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Lucro Líquido

O lucro líquido no 1T21 foi de R\$ 52,3 milhões (-13,0%).

Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa adotadas pelo mercado, bem como recomendações dos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia:

» **Conselho de Administração**

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia.
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

» **Auditoria e Demonstrações Financeiras**

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

» **Transparência e Gestão**

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação de atos e fatos relevantes por parte da Companhia
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Socioambiental



Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe constantemente em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. A atuação do Grupo reconhece seu papel como protagonista ao colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades por onde passam suas rodovias, com a segurança e a condução segura dos veículos e com a redução dos

impactos ambientais de suas operações.

Para tanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado, especialmente, a programas que valorizam a integridade, a segurança nas vias, e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, efetiva um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado das ocorrências no perímetro da malha viária concedida e que tem servido de base para a elaboração de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa aponta os principais pontos críticos nas vias. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as prováveis causas, e elabora a estratégia a ser aplicada a fim de evitar novos acidentes.

Além das melhorias em estrutura viária e operacionais, a Companhia também realiza diversas campanhas educativas e preventivas para os usuários e moradores de cidades próximas das rodovias, por meio do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um programa que visa promover a educação no trânsito para os mais diversos públicos como caminhoneiro, ciclista, motociclista, pedestre, alunos dos ensinos fundamental e médio, motoristas e comunidade. O foco é promover a cidadania e diminuir acidentes por meio da conscientização.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações anuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Comentário do Desempenho

Demonstração do Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2021	31/03/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	132.164	133.624
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(38.976)	(37.829)
LUCRO BRUTO	93.188	95.795
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(14.552)	(7.980)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.904	18
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	86.540	87.833
Receitas financeiras	25.151	37.062
Despesas financeiras	(32.407)	(33.790)
RESULTADO FINANCEIRO	(7.256)	3.272
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79.284	91.105
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(23.271)	(17.556)
Diferidos	(3.680)	(13.415)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	52.333	60.134
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	0,71	0,81

Comentário do Desempenho

Balço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2021	31/12/2020
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	406.620	466.963
Contas a receber de clientes	33.053	37.731
Impostos a recuperar	10.218	4.301
Instrumentos financeiros derivativos	165.490	161.851
Debêntures com partes relacionadas	-	-
Partes relacionadas	800	1.222
Outros ativos	4.961	5.319
Total dos ativos circulantes	621.142	677.387
NÃO CIRCULANTES		
Debêntures com partes relacionadas	857.182	948.062
Mútuo com partes relacionadas	221.577	220.400
Contas a receber do Poder Concedente	69.153	69.184
Depósitos e bloqueios judiciais	106.550	105.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.659	68.339
Direito de uso	2.253	2.473
Intangível	568.808	582.822
Outros ativos	4.537	6.319
Total dos ativos não circulantes	1.894.719	2.003.482
TOTAL DOS ATIVOS	2.515.861	2.680.869
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	256.398	245.835
Arrendamento mercantil	522	674
Fornecedores	18.380	17.773
Partes relacionadas	1.555	1.537
Obrigações fiscais	28.274	39.621
Credor pela concessão	1.313	1.249
Provisão para manutenção	17.028	22.124
Obrigações sociais e trabalhistas	5.117	4.529
Dividendos a pagar	117.540	94.578
Outras contas a pagar	3.647	4.220
Instrumentos financeiros derivativos	117.386	113.864
Total dos passivos circulantes	567.160	546.004
NÃO CIRCULANTES		
Debêntures	1.391.058	1.384.017
Arrendamento mercantil	1.828	1.880
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	72.667	68.153
Total dos passivos não circulantes	1.465.553	1.454.050
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	226.145	226.145
Reservas de capital	85.981	85.981
Reservas de lucros	171.022	368.689
Total do patrimônio líquido	483.148	680.815
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.515.861	2.680.869

Comentário do Desempenho

Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	52.333	60.134
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	3.680	13.415
Amortização do intangível	17.443	16.442
Baixa do intangível	230	-
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	27.823	31.653
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	(9.442)	(15.279)
Provisão para manutenção	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	6.251	2.085
Variação monetária com credores pela concessão	-	11
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	(10.087)	(14.494)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	13.779	6.396
Outros ativos	(3.777)	2.480
Depósitos e bloqueios judiciais	(667)	(3.000)
Fornecedores e partes relacionadas	569	(4.852)
Obrigações fiscais	23.475	16.521
Obrigações sociais e trabalhistas	588	(1.196)
Provisão para manutenção - utilização	(5.096)	(25.046)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(1.737)	(980)
Apropriação da outorga variável	64	(99)
Outras contas a pagar	(777)	792
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(34.822)	(21.449)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	79.830	63.534
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(3.383)	(12.367)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.383)	(12.367)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(136.541)	-
Debêntures:		
Captações	(249)	-
Pagamento de principal	-	-
Pagamento de juros	-	-
Pagamento da outorga fixa	-	(1.860)
Liquidação de instrumentos financeiros	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(136.790)	(1.860)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(60.343)	49.307
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	466.963	523.340
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	406.620	572.647

Comentário do Desempenho

Alexandre Tujisoki
diretor financeiro e de
relações com investidores
+55 (11) 3508-9600

Fábio Moura e Silva
gerente financeiro
+55 (11) 3508-9608

www.abcolinas.com.br
ri@colinasnet.com.br



Notas Explicativas

Informações Financeiras Intermediárias

Rodovias das Colinas S.A.

31 de março de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), sediada em Itu, Estado de São Paulo, constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Companhia tem como objeto social a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, por meio de Contrato de Concessão. Em 25 de abril de 2013, a Companhia obteve registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada direta da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, a prestação de serviços de apoio aos serviços não delegados e de serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. As cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo (vide Nota 10), nem do prazo de pagamento original, passando o prazo da concessão para 340 meses com término em 02 de julho de 2028, reconhecido pelo TAM nº 18/06. Em complemento ao desequilíbrio econômico, reconhecido no TAM nº 18/06, a Companhia formalizou a compensação, nas parcelas mensais do ônus fixo, das diferenças de majoração supervenientes de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2% para 3%), a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 25/11, de 1º de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual, do Poder Concedente, para verificação da existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas deste TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Contudo, conforme determinação do Governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessas medidas está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (i) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,51%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, o que evidencia a unilateralidade da medida, e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP, para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Retificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece que, a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT nº 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto nº 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do Covid-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2020.

Em 1º de julho de 2019, através do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019 do Contrato de Concessão nº 012/CR/2000, foi autorizado o reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual desequilíbrio causado pela implantação do Projeto Piloto Ponto a Ponto. O reequilíbrio econômico-financeiro, será feito por intermédio de desconto integral, no valor relativo às parcelas do Ônus Variável, nos termos da Cláusula 24 do Contrato de Concessão.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento é aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação está registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 5% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível.
- Valor variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras concluídas

Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon

- Duplicações: km 64,60 ao km 103 (trecho Jundiaí/Itu); km 108,90 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz); km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê); km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê); km 155,35 ao km 158,65 (Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornélio Pires, Rodovia Fausto Santomauro

- Duplicações: km 39,90 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho); km 55,3 ao km 58,48 (Rio das Pedras), km 62,3 ao km 63,64 (Tietê); km 76 ao km 105,90 (Tietê/Cerquilha/Tatuí). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP 127 e implantação de ponte km 82,4 (Rio Tietê).
- Duplicações: km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo dividida na seguinte etapa: km 51 ao km 52,2 (Saltinho).
- Implantação: dispositivo de retorno km 96,9 Cerquilha, realizado conforme solicitação no km 92.

SP 280 - Rodovia Presidente Castelo Branco

- Implantação de faixas adicionais do km 110 ao km 122,7 - pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 - pista oeste Porto Feliz/Boituva.
- Implantação de vias marginais km 90,5 ao km 94,2 (Toyota).

SPI 102/300 - Anel Viário Itu

- Implantação de 7,1 km do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP 300 do km 102 a SP 075 na altura do km 32 com a execução de obras de arte especiais.

SP075 - Rodovia Santos Dumont, José Ermírio de Moraes, Deputado Archimedes Lammoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado

- Duplicação do km 36,60 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança.
- Implantação do Complexo Viário de Interligação do Distrito Industrial de Indaiatuba - km 50,9.

Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado

A Companhia estima o montante de R\$17.028, em 31 de março de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

A Companhia encerrou o terceiro ciclo de manutenção no primeiro trimestre de 2016. A intervenção atual se iniciou em 2017, e foi finalizada no primeiro semestre de 2020. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. No trimestre findo em 31 de março de 2021, as consequências econômicas revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, em eixos equivalentes, de aproximadamente -4,5%, comparado com período anterior, sem efeito da pandemia.

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, as presentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 19 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 14 de Maio de 2021.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição	Impacto nas Informações financeiras Intermediárias
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	2.884	3.694
Aplicações financeiras	403.736	463.269
Total	406.620	466.963

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e aplicações em operações compromissadas com remuneração média de 96,83% em março de 2021 (98,31% em dezembro de 2020), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	31/03/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico (a)	31.930	36.596
ARTESP - ressarcimento (c)	3.249	3.249
Outras	2.162	2.174
Provisão para perdas de crédito esperada (d)	(4.288)	(4.288)
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.153	69.184
Total	102.206	106.915
Circulante	33.053	37.731
Não circulante	69.153	69.184

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide Nota 20, seção "riscos de mercado", item c).
- (b) Contas a receber do Poder Concedente referentes à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da Companhia foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01.
- (c) Refere-se a ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionado.
- (d) Refere-se substancialmente a provisão constituída para o ressarcimento a receber do poder concedente, somado às passagens em análise pelos repassadores e receitas acessórias vencidas acima de 60 dias.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
No início do trimestre	(4.288)	(4.242)
Adições à provisão no trimestre	-	-
Reversões no trimestre	-	-
No final do trimestre	(4.288)	(4.242)

5. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/03/2021	31/12/2020
Ativo circulante:		
Contas a Receber de partes relacionadas:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	800	1.222
	<u>800</u>	<u>1.222</u>
Ativo não circulante:		
Controladora:		
AB Concessões S.A. - debêntures (a)	857.182	948.062
AB Concessões S.A. - mútuo a receber (b)	221.577	220.400
	<u>1.078.759</u>	<u>1.168.462</u>
Passivo circulante		
Serviços compartilhados - controladora:		
AB Concessões S.A. (d)	920	902
Fornecedores - outras partes relacionadas:		
Monte Verde de Lins Empresa Imobiliária Ltda.	39	39
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	596	596
	<u>1.555</u>	<u>1.537</u>
Dividendos a pagar - controladora:		
AB Concessões S.A.	117.540	94.578

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Transações	31/03/2021	31/03/2020
Custo dos serviços prestados		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(3.036)	(2.821)
Despesas administrativas		
Controladora direta		
AB Concessões S.A. (d)	(2.759)	(2.713)
Receitas financeiras		
Controladora		
AB Concessões S.A. (a) e (b)	9.442	15.279
	3.647	9.745

(a) Debêntures; em 29 de junho de 2012, a então controladora AB Concessões S.A., emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 800 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 2,80% a 3,20% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Esta conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Companhia, das debêntures privadas descritas na Nota 7. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 31 de dezembro de 2023. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,20% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em dezembro de 2023. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento, sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 83 (oitenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$99.144, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

(b) Saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., sobre o qual incidem juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., com saldo de dividendos distribuídos na mesma data.

(c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias.

(d) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados a contabilidade e assessoria jurídica, entre outros.

(e) Refere-se à prestação de serviços direcionados a obras de duplicação.

As demais transações efetuadas entre partes relacionadas estão vinculadas a contratos específicos, os quais definiram os serviços a serem realizados, assim como os preços desses serviços.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

O montante destinado e reconhecido como despesa no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$361 (R\$276 em 31 de março de 2020), devidamente aprovado em Assembleia Geral.

	31/03/2021	31/03/2020
Salários	264	200
Encargos	97	76
Total	361	276

6.Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.180.819	32.782	3.279	1.216.880
Adições	28.228	-	23	28.251
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.209.047	32.782	3.302	1.245.131
Adições	3.439	-	-	3.439
Baixas	(876)	-	-	(876)
Saldos em 31 de março de 2021	1.211.610	32.782	3.302	1.247.694

Amortização acumulada	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(569.102)	(23.783)	(2.970)	(595.855)
Amortização	(65.452)	(896)	(106)	(66.454)
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(634.554)	(24.679)	(3.076)	(662.309)
Amortização	(16.965)	(231)	(27)	(17.223)
Baixas	646	-	-	646
Saldos em 31 de março de 2021	(650.873)	(24.910)	(3.103)	(678.886)

Intangível líquido	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	574.493	8.103	226	582.822
Saldos em 31 de março de 2021	560.737	7.872	199	568.808
Taxa média (a.a.)	5,50%	2,79%	3,23%	-

(a) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de março de 2021.

7. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
4ª emissão: 3ª série (*)	25.500	IPCA a 100% + 5,70% a.a.	Abril/23	432.285	427.129
5ª emissão: 1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/23	124.952	123.963
7ª emissão: 1ª série	23.000	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/21	77.800	77.184
9ª emissão: 1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/25	414.076	410.604
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/24	105.715	104.791
10ª emissão: 1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/26	404.691	400.345
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/23	101.043	100.077
				1.660.562	1.644.093
Custo de transação				(13.106)	(14.241)
Saldo líquido				1.647.456	1.629.852
Circulante				256.398	245.835
Não circulante				1.391.058	1.384.017

(*) Estas operações estão sendo mensuradas aos valores justos por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (vide Nota 20).

Cronograma de desembolso (não circulante)

	31/03/2021
2022	167.801
2023	369.363
2024	390.648
2025	338.334
2026	133.334
	1.399.480

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

10ª emissão

Em 15 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2026. O montante total da emissão foi de R\$500.000, sendo 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, sendo 400.000 debêntures da 1ª série e 100.000 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,50% e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,00%.

9ª emissão

Em 30 de julho de 2019 a Companhia efetuou a da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de junho de 2025. O montante total da emissão foi de R\$514.630, sendo 51.463 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, sendo 41.000 debêntures da 1ª série e 10.463 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,50% e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,65%.

7ª emissão

Em 11 de outubro de 2017, a Companhia efetuou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de outubro de 2021. O montante total da emissão foi de R\$230.000, sendo 23.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 3,40% ao ano.

Em 2 de outubro de 2019, através de Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de debêntures, foi deliberada alterações nas cláusulas restritivas; bem como, o “spread” que compõe a remuneração, passa de 3,40% para 1,30%, a partir de 07 de outubro de 2019 e foram deliberadas alterações nas cláusulas 4.6.1., 5.3.1., 6.1 da Escritura da 7ª. Emissão de Debêntures, inserção da possibilidade de realização, pela emissora, de oferta de resgate antecipado da totalidade das debêntures e alteração no cronograma de amortização, antecipando 33,33% do valor nominal unitário no dia 07 de outubro de 2019, 50% do saldo do Valor Nominal Unitário no dia 15 de outubro de 2020 e 100% do saldo do Valor Nominal Unitário na data de vencimento das debêntures.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

5ª emissão

Em 13 de abril de 2016, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 13 de outubro de 2017, sendo os juros pagos na data de vencimento. O montante total da emissão foi de R\$100.000, sendo 100 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, e serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,25% ao ano. Em 9 de outubro de 2017, através de Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de debêntures, foi deliberada alterações nas cláusulas restritivas; bem como, a prorrogação do prazo de vencimento final, para 13 de outubro de 2020; modificação da forma de pagamento da remuneração, a fim de estabelecer que a remuneração incidente até 13 de outubro de 2017, será incorporada ao valor nominal unitário em 13 de outubro de 2017; e a remuneração incidente após tal data será paga em parcelas semestrais, a partir de 13 de outubro de 2018. Além destas alterações, o “spread” que compõe a remuneração, passa de 2,25% para 2,60%, a partir de 13 de outubro de 2017.

Em 23 de outubro de 2019, através de Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de debêntures, foram deliberadas alterações nas cláusulas 4.9.1., 5.2., 6.1. da Escritura da 5ª. Emissão de Debêntures, alterações e exclusões de itens da cláusula 5.3.1., exclusão das cláusulas 4.7.1.2. e 4.7.1.2.1 da escritura; bem como, a prorrogação do prazo de vencimento, para 13 de outubro de 2023. Além das alterações, o “spread” que compõe a remuneração, que passa de 2,60% para 1,30%, a partir de 23 de outubro de 2019 e alteração no cronograma de amortização para 30% do saldo do Valor Nominal Unitário em 13 de outubro de 2022 e 100% do saldo do Valor Nominal Unitário na data de vencimento das debêntures.

4ª emissão

Em 15 de abril de 2013, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2023, em três séries (57.132 na primeira série, 12.368 na segunda série e 25.500 na terceira série), com garantia real e valor unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$950.000 na data de emissão.

A Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 3ª série da 4ª emissão na data de amortização, mediante pagamento de prêmio.

As debêntures são garantidas conforme demonstrado a seguir e não possuem cláusula de repactuação:

- (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.
- (2) Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do Contrato de Concessão mencionado na Nota 1.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

Cláusulas restritivas

As escrituras da 4ª, 5ª, 7ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas. As escrituras completas das debêntures estão disponíveis no “website” do agente fiduciário www.pentagonotrustee.com.br e no da Companhia.

8. Fornecedores

	31/03/2021	31/12/2020
De serviço de construção	12.169	12.219
De serviços operacionais	6.211	5.554
	18.380	17.773

9. Obrigações fiscais

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	22.806	33.894
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	22.806	33.894
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.663	2.851
Total de obrigações fiscais municipais	2.663	2.851
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	2.412	2.298
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	36	74
Outros	357	504
Total de obrigações fiscais federais	2.805	2.876
Total Obrigações Fiscais	28.274	39.621

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

10. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão.

O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Os montantes são reajustados conforme mencionado na Nota 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	31/03/2021	31/12/2020
Parcela variável	1.313	1.249
Total	1.313	1.249
Circulante	1.313	1.249

Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, este percentual foi reduzido em 1,50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$2.494 referente a parte variável do direito de outorga (R\$2.583 em 31 de março de 2020). Durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, não houve pagamento referente a outorga fixa (R\$1.860 em 31 de março de 2020) uma vez que todas as 240 parcelas referente ao ônus da concessão foram liquidadas em 2020.

11. Provisão para manutenção e ajuste a valor presente

Os valores registrados como provisão para manutenção são provisionados a cada trecho de rodovia, com intervenções que ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial	22.124	59.716
Adição e ajuste a valor presente	-	-
Utilização	(5.096)	(37.592)
Saldo final	17.028	22.124

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

12. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outras

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$4.417.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/03/2021
Cíveis (a)	18.628	2.892	(3.579)	(206)	950	18.685
Trabalhistas (b)	38.440	7.114	(3.255)	(1.531)	2.124	42.892
Tributárias (d)	929	-	-	-	5	934
Outras contingências (c)	10.156	-	-	-	-	10.156
Total	68.153	10.006	(6.834)	(1.737)	3.079	72.667

	31/12/2019	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2020
Cíveis (a)	15.385	3.748	-	(2.633)	2.128	18.628
Trabalhistas (b)	24.125	11.129	-	(6.518)	9.704	38.440
Tributárias (d)	171	749	-	-	9	929
Outras contingências (c)	9.522	221	(190)	-	603	10.156
Total	49.203	15.847	(190)	(9.151)	12.444	68.153

Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

(a) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou o IPCA-E como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável.

(b) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

(c) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

A Companhia é parte em processos cíveis avaliados com risco de perda possível (casos judiciais não trabalhistas ou tributários), decorrentes de pedidos de indenização por usuários das rodovias, discussões com fornecedores e com o Poder Público) no valor de R\$30.581 (R\$28.902 em 31 de dezembro de 2020), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras e aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$13.135 (R\$12.790 em 31 de dezembro de 2020) outras contingências decorrentes de processos administrativos, não trabalhistas ou tributários, iniciadas por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$20.769 (R\$20.852 em 31 de dezembro de 2020) ainda em andamento, e tributários, decorrentes da constituição de créditos tributários relativos a tributos federais, no valor de R\$ 13.828 (R\$ 13.762 em 31 de dezembro de 2020), advindos do curso normal de suas operações, ou reflexos dos seus stakeholders, classificados como de risco possível com o suporte de seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na Nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, com o suporte de seus advogados. Em novembro de 2017, o processo foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores.

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$10.757 e R\$95.793, respectivamente, em 31 de março de 2021 (R\$10.718 e R\$95.165, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), classificado no ativo não circulante, refere-se a garantia judicial. O valor de garantia judicial no trimestre findo em 31 de março de 2021 corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$109.775, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e não figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	31/03/2021	31/12/2020
Diferença temporária		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	72.667	68.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.288	4.288
Arrendamento mercantil	97	80
Provisão para manutenção	17.028	22.124
Obrigações fiscais	31.141	30.370
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	91.124	94.258
Base de cálculo	216.345	219.273
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	73.557	74.552
Benefício fiscal incorporado (ii)	49.425	51.130
Total dos créditos	122.982	125.682
Débito de imposto	31/03/2021	31/12/2020
Diferença temporária		
Outros ativos	4.417	6.200
Encargos financeiros antecipados (iii)	13.105	14.241
Instrumentos financeiros derivativos	29.715	19.627
Diferenças de taxa de amortização (iv)	124.302	128.589
Base de cálculo	171.539	168.657
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	58.323	57.343
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	64.659	68.339

- (i) O montante líquido de R\$91.124 em 31 de março de 2021 (R\$94.258 em 31 de dezembro de 2020) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do intangível (contábil) e provisão de manutenção e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, pago por sua antiga controladora, que posteriormente foi incorporada pela Companhia (incorporação reversa) em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$85.216, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até junho de 2028, prazo final da concessão.
- (iii) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF retidos na liberação das debêntures, conforme Nota 7.
- (iv) Correspondem à diferença temporária entre a amortização para fins fiscais, suportada por laudo preparado por avaliadores externos para os itens classificados como intangível em rodovia, e amortização contábil, pela curva de tráfego. Este laudo foi preparado com base na vida útil remanescente dos itens, cuja estimativa é comparável com as taxas de vida útil publicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	31/03/2021	31/12/2020
2021	43.051	45.567
2022	14.518	13.578
Acima de 2022	65.413	66.537
	122.982	125.682

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	79.284	91.105
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(26.957)	(30.976)
Diferenças permanentes	6	5
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(26.951)	(30.971)
Correntes	(23.271)	(17.556)
Diferidos	(3.680)	(13.415)
	(26.951)	(30.971)
Alíquota efetiva dos impostos	33,99%	33,99%

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$226.145 e está representado por 74.220.000 ações ordinárias sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo e, nesta transação, a Companhia registrou Reserva de capital de R\$85.981 como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já havia atingido o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Reserva de lucros”. O saldo dessa reserva, que inclui o saldo de lucros remanescentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está sendo transferido, conforme proposta da administração, para a conta “Reserva de lucros”, no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$100.000, tendo como base o saldo da rubrica “Reservas de lucros”.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2021 foram pagos dividendos no total de R\$136.541, oriundos do saldo patrimonial de dividendos a pagar (Nota 5).

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 83 debêntures da 2ª série da 2ª Emissão de Debentures Simples, da AB Concessões S.A., no valor de R\$99.144, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$150.000, tendo como base o saldo da rubrica “Reservas de lucros”.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$1,10 por ação, totalizando R\$81.512, tendo como base o saldo da rubrica “Reservas de Lucros”.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	31/03/2021	31/03/2020
Receita com arrecadação de pedágio	139.440	139.466
Outras receitas	1.966	1.561
Receita de serviços de construção (*)	2.974	4.794
Receita bruta	144.380	145.821
Impostos sobre as receitas:		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(7.043)	(7.036)
PIS	(921)	(919)
COFINS	(4.252)	(4.242)
Receita líquida	132.164	133.624

(*) Vide Nota 2, item "d)". apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

16. Custos e despesas por natureza

	31/03/2021	31/03/2020
Amortização de intangível (**)	(17.443)	(16.442)
Custos com a exploração da concessão (custo variável de outorga)	(2.558)	(2.483)
Gastos com prestadores de serviços	(10.566)	(10.109)
Gastos com funcionários	(7.191)	(5.862)
Gastos com materiais e equipamentos	(3.514)	(2.893)
Custos com construção (*)	(2.974)	(4.794)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(6.251)	(2.085)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.248)	(1.225)
Reembolso de seguros	(1.783)	84
Outras receitas	7.904	18
	(45.624)	(45.791)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(38.976)	(37.829)
Despesas gerais e administrativas	(14.552)	(7.980)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.904	18
Total	(45.624)	(45.791)

(*) Vide Nota 2, item "d)" apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(**) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2), esta última no valor de R\$220.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

17. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	2.100	5.527
Juros com partes relacionadas	9.442	15.279
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	13.609	9.828
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	-	5.407
Descontos obtidos	-	1.021
	25.151	37.062
Despesas financeiras:		
Variação do ajuste a valor presente	-	(11)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(27.823)	(31.653)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos - <i>hedge</i>	-	(741)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(3.522)	-
Comissões bancárias e outras	(381)	(171)
Outras despesas financeiras	(681)	(1.214)
	(32.407)	(33.790)
Resultado financeiro	(7.256)	3.272

18. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do trimestre	52.333	60.134
Quantidade média ponderada de ações ordinárias, utilizada na apuração do lucro diluído por ação	74.220	74.220
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	0,71	0,81

Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e de 2020, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

19. Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

	31/03/2021	31/03/2020
Transações de investimentos que não envolveram caixa - fornecedores de intangível	56	6.954
Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	99.144	-
Compensação do saldo da parte variável do direito de outorga devido ao poder concedente	2.494	-

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros e o dividendo adicional proposto.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do trimestre é o seguinte:

	31/03/2021	31/12/2020
Dívida	1.660.562	1.644.093
Caixa e equivalentes de caixa	(406.620)	(466.963)
Dívida líquida	1.253.942	1.177.130
Patrimônio líquido	483.148	680.815
Índice de endividamento líquido	2,60	1,73

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Índice de endividamento

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 2,60 em 31 de março de 2021 (1,73 em 31 de dezembro de 2020), como resultado da 4ª, 5ª, 7ª, 9ª, e 10ª emissões de debêntures públicas (Nota 7). Os recursos da 4ª emissão foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazo, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas por sua controladora com o objetivo de financiar investimentos em outra concessionária de rodovias (nota 5). Os recursos da 5ª, 7ª, 9ª e 10ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- (i) O caixa, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas estão substancialmente indexados ao CDI.
- (ii) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (iii) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas a um de seus controladores, conforme apresentado na Nota 5, e incorporam taxas de juros de mercado a receber até a data do balanço.
- (iv) Credor específico pela concessão, sem transações comparáveis no mercado, refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 10.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de Debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	1.218.481	1.308.887	1.206.715	1.308.545

(*) Valores brutos (exceto 4ª emissão) dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 7.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	31/03/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	406.620	466.963
Contas a receber de clientes	33.053	37.731
Contas a receber e mútuo com partes relacionadas circulante e não circulante	222.377	221.622
Contas a receber do Poder Concedente	69.153	69.184
Debêntures com partes relacionadas	857.182	948.062
Despesas antecipadas e outros ativos	9.498	11.638
Passivo		
Fornecedores e partes relacionadas	19.935	19.310
Debêntures - 5ª emissão, 7ª emissão, 9ª emissão e 10ª emissão	1.228.277	1.216.964
Credor pela concessão	1.313	1.249

b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm como objetivos desde a proteção ao risco de variação da inflação da 3ª série da 4ª emissão suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 7, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “offset swaps”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge), e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Em 31 de março de 2021, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,279 a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de março de 2021, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
					31/03/2021	31/12/2020	
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	122.266	121.696	570
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	191.904	191.008	896
Total				257.265	314.170	312.704	1.466
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	167.748	165.809	1.939
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	263.808	260.759	3.049
Total				257.265	431.556	426.568	4.988
Instrumentos financeiros, líquido					(117.386)	(113.864)	(3.522)
Instrumentos derivativos, líquido							(3.522)
Recebimento de instrumento financeiro							-
Efeito acumulado trimestre							(3.522)

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Durante o período, os contratos de “swap” designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$9.970 e reconhecido no resultado como receita financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”) 31/03/2021	Valor justo (“fair value”) 31/12/2020	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/13	17/04/23	IPCA + 5,70%	100.000	167.748	165.809	1.939
Banco Itaú S.A.	12/06/13	17/04/23	IPCA + 5,70%	157.265	263.808	260.759	3.049
Total				257.265	431.556	426.568	4.988
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/13	17/04/23	CDI + 0,69%	100.000	103.481	102.957	(524)
Banco Itaú S.A.	12/06/13	17/04/23	CDI + 0,669%	157.265	162.585	161.760	(824)
Total				257.265	266.066	264.717	(1.349)
Instrumentos derivativos, líquidos a realizar					165.490	161.851	3.639
Instrumentos derivativos, líquidos							3.639
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							9.970
Recebimento de instrumento financeiro							-
Efeito acumulado no trimestre							13.609

A Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

Em 31 de março de 2021, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros sem "hedge"*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de março de 2021, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2021.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2021.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2021.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	4,58%	5,73%	6,87%
Variação do IPCA (i)	-	4,81%	6,01%	7,22%
Empréstimos - indexador:				
Debêntures - CDI (c)	1.228.277	80.025	103.374	117.912
Debêntures - IPCA - pós "swap" (c) (d)	413.896	21.813	26.583	31.354
Aplicações financeiras, debêntures ativas e mútuo - indexador:				
CDB, operações compromissadas - CDI	403.736	17.893	22.362	26.830
Debêntures ativas - CDI	857.182	54.004	63.980	73.956
Mútuo - CDI	221.577	11.188	13.993	16.801
Exposição líquida (perda)	159.678	(18.753)	(29.622)	(31.679)
Aumento nas receitas/despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	(10.869)	(2.057)
"Swap" versus debêntures: (ii)				
Derivativos (risco de queda do IPCA)	-	2.194	5.493	11.011
Debêntures (risco de aumento do IPCA)	-	(2.194)	(5.493)	(11.011)

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2021.

(ii) Consideram o efeito da variação do CDI para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento do contrato, o que for menor, sobre as debêntures (Nota 7) emitidas originalmente em IPCA (2ª e 3ª séries), após o efeito do "swap" que efetivou a troca do indexador de IPCA para CDI.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As debêntures passivas, da 4ª emissão, conforme mencionado na Nota 7, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na Nota 5.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber de clientes e do poder concedente	102.206	-	33.053	-	33.053	69.153	-	-	69.153
Partes relacionadas	1.079.559	180.103	-	-	-	24.988	.674	-	1.259.662
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i>	165.490	5.620	53.652	-	53.652	17.457	-	-	117.457
Outros ativos	4.961	-	-	961	4.961	-	-	-	-
Total	1.352.216	185.723	86.705	961	91.666	1.5x98	.674	-	1.446.272
Passivos									
Debêntures - principal (b)	1.607.019	22.336	132.640	682	209.322	57.718	.982	13.333	1.420.033
Debêntures - juros	35.153	194.009	44.756	677	68.433	09.866	.910	5.954	160.729
Instrumentos financeiros	117.386	(210.265)	-	-	-	(92.879)	-	-	(92.879)
Credor pela concessão	1.313	-	1.313	-	1.313	-	-	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	19.935	-	7.265	670	19.935	-	-	-	-
Outras contas a pagar	3.647	-	3.647	-	3.647	-	-	-	-
Total	1.784.453	6.081	189.621	029	302.650	74.705	.892	19.287	1.487.883

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de março de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 4ª e 5ª emissões das debêntures. As amortizações de principal da 2ª e 3ª séries tiveram atualização monetária pelo IPCA, conforme escritura.

21. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

22. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de março de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	22.130	Setembro/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	53.256	Setembro/2021
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	61.194	Setembro/2021
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	359.127	Setembro/2021

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Rodovias das Colinas S.A.
Itu – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rodovias das Colinas S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de março de 2021 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de maio de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda Tessari
Contador CRC 1SP252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Março de 2021 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Março de 2021 da Rodovias das Colinas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.